

Xenofobia à brasileira: a crescente aversão da sociedade civil brasileira à presença de populações estrangeiras

Nathália França Figuerêdo Porto¹

RESUMO

Este artigo é o resultado de uma pesquisa de conclusão de curso, cujo objetivo é prognosticar a modificação dos padrões de comportamento brasileiros em relação ao cada vez maior número de imigrantes estrangeiros que aqui desembarcam anualmente. Por meio de aportes dos estudos sobre Tolerância Política e Comportamento (próprios da Ciência Política) e da Sociologia, pretende-se contrastar o regime anterior, caracterizado por certa xenofilia, com o atual, no qual se observa, ainda que em estágio germinal, um crescente recrudescimento das relações entre brasileiros e estrangeiros, especialmente em Belo Horizonte/MG. Utilizando uma metodologia essencialmente qualitativa (Entrevistas em Profundidade), e sem ignorar o componente cultural, pretende-se atestar positivamente a hipótese de que a crescente animosidade dos brasileiros em relação aos grupos estrangeiros é motivada por um sentimento de ameaça econômica, aliado a uma espécie de preconceito de classe, presente sobretudo a partir do advento da nova classe média brasileira nos últimos 10 anos. São utilizados na pesquisa um grupo de tratamento (trabalhadores chineses) e um grupo de controle (imigrantes peruanos).

Palavras-chave: Xenofobia. Intolerância. Brasil. Cultura política. Classe média.

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Relações entre brasileiros e estrangeiros: histórias e conjunturas

A intensificação dos fluxos de informações, serviços e pessoas a partir da consolidação da ordem mundial multipolar levou a consideráveis modificações no que diz respeito às relações internacionais: com a ascensão dos chamados países emergentes, não apenas novos atores internacionais passaram a ter sua importância social e econômica destacada, como também se tornaram objeto de interesse acadêmico. Um exemplo emblemático da modificação dos antigos padrões vigentes em termos de relações internacionais é a recente transferência dos fluxos migratórios para os países em desenvolvimento, os chamados emergentes. Atesta-se, portanto, que estes países passaram a ter maior atratividade entre os migrantes em potencial, em virtude de sua estabilidade econômica e política, a despeito de seus países de origem. O caso brasileiro é um exemplo palatável: embora desde os seus primórdios tenha atraído grandes contingentes populacionais de todo o globo, recentemente as motivações da atratividade do Brasil têm se modificado, não apenas por sua transformação em agente político relevante no cenário mundial, como também pelas modificações econômicas que sofreu recentemente.

Durante toda a sua história moderna, o Brasil recebeu grandes contingentes populacionais oriundos de outras nações. O marco inaugural do que viria a ser o Estado Nacional brasileiro é a chegada dos portugueses à Terra de Santa Cruz, que por si só já significa a acolhida dos povos indígenas, os nativos de então, a povos vindos de outras terras. Durante todo o período colonial, desembarcaram em portos brasileiros portugueses, espanhóis, franceses, holandeses, ingleses e judeus de várias partes do mundo. Além dessas populações, houve a migração compulsória de negros africanos que se tornariam escravos nas grandes propriedades rurais. A tríade formada pelos povos indígenas, europeus – sobretudo portugueses – e africanos comporia a matriz civilizatória que baseia a formação do povo brasileiro.

No século XX, uma diversidade de contingentes estimulados por instabilidades políticas e econômicas em seus países de origem e pela expectativa de melhores condições de vida e trabalho em outro país aporta no Brasil. Nesse período, o Brasil era um dos polos da chamada “Rota da Esperança” (PAZZINATO & SENISE, 2008, pág. 210). No Brasil, a inserção dos imigrantes na comunidade cultural ocorreu de forma tão pacífica que é possível observar que os descendentes de imigrantes muitas vezes preservam até os dias de hoje as tradições de seus antepassados. A liberdade com a qual muitos desses grupos cultivam tradições de seus antepassados também é um fato relevante, nesse sentido.

À primeira vista, a análise do número de trabalhadores egressos de outras nações que aportaram no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX sinalizam o ambiente brasileiro como uma espécie de *immigration magnet*, isto é, como uma região altamente atrativa aos imigrantes potenciais. As razões desta relativa atratividade foram

objeto de discussão entre muitos dos maiores estudiosos do pensamento social e político brasileiro. A hipótese mais amplamente aceita nesse sentido é fruto do trabalho do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987), que postulava que a base do comportamento do brasileiro frente à chegada de novos contingentes populacionais era uma das principais explicações para que se considerasse o Brasil como parte da “Rota da Esperança”.

De acordo com Freyre (FREYRE, 2001, pág. 45) e outros teóricos da cultura política brasileira, ao contrário de nações como a França – tradicionalmente avessas e até mesmo hostis à presença de imigrantes -, o Brasil se caracteriza pelo comportamento amistoso e, na grande maioria dos casos, receptivo aos grupos ingressantes. O próprio padrão de acomodação cultural dessas populações ao regime social brasileiro difere, segundo essa teoria, da conformidade encontrada em nações como o Canadá e os Estados Unidos (KYMLICKA, 1996, pág. 32). Assim como ocorre em relação ao tratamento de temáticas do imaginário social brasileiro, como o racismo e a discriminação religiosa, percebe-se que o Brasil constitui uma realidade *sui generis* quanto à acomodação dessas discussões, que são tratadas comumente de maneira velada. Tendo em consideração esses fatores, a perspectiva dominante até os dias de hoje é a de que o Brasil se caracteriza, desde os seus primórdios, por um comportamento dito *xenofílico* – ainda que haja ressalvas à utilização deste termo -, quando o assunto é o padrão comportamental da sociedade civil frente à chegada de novos contingentes populacionais.

Nos últimos anos, todavia, o Brasil tem sofrido intensas mudanças sociais, não apenas em âmbito cultural, mas sobretudo em relação às categorias estruturais societárias. Dentre os principais aspectos responsáveis pela mudança social, destaca-se a crescente mobilidade social vivenciada por grupos antes componentes das classes mais baixas da pirâmide social – classes D e E. Em virtude das relevantes transformações conjunturais e estruturais que o fenômeno do empoderamento financeiro da nova classe trabalhadora brasileira trouxeram à baila, faz-se necessária uma análise mais minuciosa das implicações desse fenômeno quanto à receptividade do brasileiro em relação aos novos fluxos migratórios da atualidade.²

Observa-se, nos dias atuais, o crescimento do número de imigrantes oriundos de países como China, Peru, Bolívia, Haiti etc. em solo brasileiro³. Estes contingentes ingressantes são,

² De acordo com o Critério Brasil, metodologia utilizada pela ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa), a classe denominada D possui renda média familiar de R\$714,00. A classe E possui renda média familiar de R\$477,00. Para detalhes acerca da metodologia, consultar: <http://www.abep.org/novo/Content.aspx?ContentID=301>. Para maiores informações acerca da delimitação de cada classe, ver NERI, 2011.

³ Dados do Portal Brasil indicam que, em junho de 2011, o Brasil possuía cerca de 1,466 milhão de estrangeiros, o que significou aumento de mais de 50% do contingente em relação à última medição, em dezembro de 2010 (961 mil estrangeiros). Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/11/10/economia-brasileira-atrai-estrangeiros-e-imigracao-aumenta-50-em-seis-meses>

sobretudo, atraídos pelo singular momento de prosperidade política, econômica social vivenciado pelo Brasil⁴. De acordo com o argumento econômico (SNIDERMAN, 2007, pág. 185), pode haver sentimento de aversão a minorias étnicas e nacionais sobretudo em virtude do sentimento de ameaça à estabilidade que pressupõem. Muitos creem que os indivíduos ingressantes representam maior disputa por recursos escassos e por oportunidades de ascensão econômica. Por outro lado, o argumento identitário (SNIDERMAN, 2007, pág. 214) postula que determinados grupos significam ameaças culturais à identidade social dominante. O problema passa a ser, então, o comportamento adotado em relação às populações em processo de integração, que nem sempre se caracteriza pela receptividade.

Haja vista à permanência dos grupos de recente fixação no território brasileiro e consolidação dos mesmos como atores econômicos cada vez mais significativos no regime brasileiro, tem-se observado, ainda que em grande medida intuitivamente, a germinação de um comportamento avesso e até mesmo hostil da sociedade civil brasileira em relação aos mesmos. Entre outras razões, acredita-se que a presença de grupos com as características partilhadas por esses contingentes pode se converter, em um futuro próximo, em uma ameaça à economia do país e à estabilidade política. Ainda que essa aversão de determinados setores da sociedade civil brasileira a certos grupos estrangeiros esteja em fase germinal, as tensões intergrupos já existem, e passam a moldar a opinião pública quanto a essa temática. Analisando-se a atual conjuntura brasileira, pretende-se, neste artigo, examinar a passagem de um padrão de comportamento receptivo para um comportamento avesso à presença de estrangeiros no país.

Tendo em consideração a mudança de um dos traço característico do imaginário social e político brasileiro, é necessário que a comunidade acadêmica, em especial a Sociologia e a Ciência Política, se debruce sobre o tema, a fim de esgotar suas possibilidades de análise e compreender os meandros desse fenômeno com mais rigor. Procura-se discorrer sobre uma temática cara à Ciência Política como moldadora dos estudos sobre Cultura e Comportamento Político, Tolerância Política; e também às Relações Internacionais, que não raro negligenciam o estudo das bases culturais das políticas externas nacionais. No contexto da análise de política externa, os impactos das políticas migratórias ainda exigem uma atenção especial, aliada ao enquadramento cultural dado pela sociedade civil receptora a essas correntes.

A escolha da temática central do estudo não apenas sinaliza uma necessidade de incorporação à agenda de pesquisa por parte da Ciência Política, como também procura conciliar metodologias de análise e literatura de diversas áreas das Ciências Sociais. Como esforço epistemológico, observa-se a tentativa de aliança entre as temáticas próprias da Cultura

⁴ Um exemplo da chamada prosperidade econômica brasileira é o crescimento contínuo do PIB nacional, que aumentou 2,7% em 2011, em relação a 2010, com R\$4,174 trilhões. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 06 de março de 2012).

Política e das Relações Internacionais, encaixadas em um *framework* analítico pertencente à Sociologia. Trata-se, portanto, de um estudo interdisciplinar por natureza.

O foco do estudo é o incipiente comportamento hostil a essas populações, e as justificativas fornecidas pelos emissores desse comportamento. A hipótese central da pesquisa é a de que a mudança social em virtude da ascensão econômica de estratos tradicionalmente menos favorecidos é a variável explicativa do surgimento do comportamento avesso a populações estrangeiras, trazendo à baila construtos analíticos como o *preconceito de classe*. Os dados utilizados para corroborar a hipótese principal foram coletados por meio de um estudo de caso, realizado em Belo Horizonte/MG, junto a 03 grupos-alvo específicos, a saber: membros da sociedade civil (espécimes do chamado *average citizen*); indivíduos próximos aos grupos estrangeiros (colegas de trabalho e concorrentes profissionais); e indivíduos-alvo da recente hostilidade brasileira (estrangeiros que se estabeleceram no Brasil). Mobilizam-se duas unidades analíticas para o estudo de casos: o conjunto de imigrantes chineses (grupo de tratamento) e o conjunto de imigrantes peruanos (grupo de controle) residentes na cidade de Belo Horizonte. Optou-se por uma metodologia qualitativa, com o emprego de Entrevistas em Profundidade.

A escolha das unidades analíticas se deu por uma pesquisa prévia, composta por uma espécie de *data mining*, que constatou que, entre os imigrantes chineses e peruanos, as motivações da vinda ao Brasil são consideravelmente distintas. Uma vez que se deve levar em consideração que há “imigrantes e imigrantes”, isto é, as origens e a trajetória de cada grupo devem ser levadas em conta, optou-se por operar com históricos diferentes, de modo a verificar em que medida a natureza desses grupos seria um fator explicativo para a concepção de um sentimento de ameaça por parte da sociedade civil brasileira.

Os imigrantes de origem chinesa têm se destacado nesse cenário migratório, especialmente pela cobertura jornalística dada a alguns incidentes ocorridos recentemente no Brasil. As diferenças culturais observadas entre chineses e brasileiros, e o estigma que os envolve (a comercialização de produtos contrabandeados ou “piratas”), aliados à sua intensa penetração nos comércios populares das principais cidades brasileiras, fazem dessa população um público-alvo que não pode ser negligenciado nesse estudo, razão pela qual constituem o *grupo de tratamento do trabalho*⁵.

Os imigrantes de origem peruana, cujo histórico de migrações no Brasil é relativamente recente, representam, por outro lado, motivações diametralmente diferentes das que atraíram os imigrantes chineses ao país. Ao contrário do grupo de tratamento, não são alvo de intensa cobertura jornalística, e possuem atributos culturais bastante semelhantes aos brasileiros, bem como a proximidade geográfica entre os países. Sendo assim, os imigrantes provenientes do

⁵ A respeito da chamada “diáspora chinesa”, estima-se que aproximadamente 30 milhões de chineses vivem atualmente fora do território da China. Desse total, cerca de 10,5% se estabeleceram nas Américas. Dados de 2009, da Revista Pangea de Relações Internacionais. Para mais informações, consultar www.clubemundo.com.br/revistapangea.

Peru compõem o *grupo de controle* do estudo. Além dos imigrantes, foram entrevistados também membros da sociedade civil mineira e colegas de trabalho/concorrentes dos imigrantes em questão. Deve-se considerar, aqui, a limitação metodológica que o próprio tema de pesquisa sugere: por se tratar de uma temática ainda em processo de consolidação na sociedade civil brasileira, não há uma categorização prévia desse fenômeno, e menos ainda dos públicos-alvo que a interessariam, embora nos esforcemos, aqui, para propor os caminhos acadêmicos para esses estudos.

Ao contrário do que comumente se pensa, a imigração chinesa para o Brasil não é um fenômeno historicamente recente, nem limitado ao estado de São Paulo: iniciou-se ainda no século XIX, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, a grande metrópole brasileira da época, que abrigava a Coroa Portuguesa e foi palco do início do governo republicano. Inicialmente, a partir de 1810, dedicaram-se ao cultivo de chá e plantas medicinais, artistas famosos do Brasil pré-republicano. Entretanto, a permanência de grupos chineses no cenário urbano brasileiro levou muitos deles a envolver-se com o comércio, atividade em que os chineses estão mais presentes hoje no Brasil.

Os chineses foram os primeiros imigrantes estrangeiros que chegaram ao Brasil no século XIX, com objetivo de trabalhar na lavoura. O interesse pela mão-de-obra chinesa já era observado desde a abertura dos portos brasileiros pela Coroa Portuguesa, em 1808, ao se cogitar a hipótese de substituir o tráfico negreiro pelos trabalhadores chineses.

Quando chegaram ao Brasil, muitos chineses tornaram-se vendedores ambulantes nas principais ruas da cidade carioca. Assim surgiu um tipo de pequeno comércio, o *tibao*, sinônimo de sacoleiro ambulante: o vendedor carregava uma mochila ou bolsão cheio de mercadorias e transitava entre as ruas e bairros residenciais. Por muito tempo, o *tibao* permaneceu como a principal atividade dos recém-chegados imigrantes, por possuir algumas vantagens: tratava-se de um pequeno comércio, fácil para se começar, e apresentava flexibilidade total em relação ao espaço e ao tempo. Aos poucos, os ambulantes juntaram dinheiro das vendas de toalhas bordadas e montaram pensões e restaurantes.⁶

Os anos 1990 foram frutíferos para os imigrantes chineses. Na China, o desenvolvimento econômico atingiu um ritmo cada vez mais acelerado. Nesse período, os chineses que chegavam ao Brasil ainda eram poucos, e possuíam características em comum: eram de origem pobre, mas por meio do trabalho árduo e pela audácia nos empreendimentos, acabavam por prosperar. Eles se estabeleceram em áreas de comércio popular, como o Saara no Rio de Janeiro, a Rua 25 de março em São Paulo, a Rua Oiapoque, em Belo Horizonte, e a Rua das Calçadas, em Recife. Em 2007, no Saara carioca, havia mais de 40 lojas de chineses, e, no

⁶ Ver CHANG-SHENG, 2009.

Shopping Oiapoque, em Belo Horizonte, mais de 30% dos espaços comerciais estão controlados por chineses.

É difícil dimensionar a presença do povo chinês no Brasil devido a problemas de declaração de nacionalidade e imigração irregular. O Consulado Geral da China no Rio de Janeiro calcula que atualmente há 150 mil pessoas no Brasil entre chineses, chineses naturalizados e descendentes - sete mil no Rio de Janeiro, 140 mil no Estado de São Paulo e três mil em Curitiba. Mas outras estimativas chegam a contar uma população em torno de 250 mil, com cerca de dez mil residentes no Rio de Janeiro. Os levantamentos indicam também a capital paulista como o grande centro chinês, com cerca de 90% dessa população. Rio de Janeiro e Curitiba viriam na sequência do ranking populacional.

A imigração peruana para o Brasil é bem mais tardia que a chinesa: os primeiros contingentes originários do Peru começaram a chegar ao Brasil por volta de meados dos anos 1970 e início da década de 1980. As motivações que levaram esses primeiros grupos a migrar são de ordem política e social (vide Capítulo 5): nesse período, houve um processo de violência política e militar no país, desencadeada pelo Estado peruano, à época governado por Fernando Belaúnde, em represália ao movimento subversivo originado pelo Partido Comunista Del Peru, mais conhecido como *Sendero Luminoso*. Fugindo dos ataques e em busca de trabalho e segurança, milhares de famílias vieram procurar abrigo, principalmente no Acre, Rio de Janeiro e São Paulo.⁷

Outra motivação bastante relevante no caso dos imigrantes peruanos é a atratividade brasileira, em virtude da possibilidade de intercâmbio econômico e cultural, sobretudo entre as cidades de Iquitos (Peru) e Manaus, tendo como elo o Rio Amazonas. Estima-se que, nos dias atuais, no Brasil vivam aproximadamente 70 mil peruanos, dos quais 35 mil estão fixados em São Paulo. O restante está distribuído nas grandes capitais, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Recife. Nos dias atuais, a colônia peruana no Brasil é formada por um grupo bastante heterogêneo, composto por estudantes universitários, profissionais liberais e executivos.

Cultura política, comportamento e cenários culturais: apropriação teórica

O debate acerca do comportamento médio do brasileiro em relação aos estrangeiros não é, ao contrário do que muitos pensam, recente. Uma vez que o Brasil foi, desde os tempos em que era colônia de Portugal, cenário de ingresso de imigrantes de diversas nacionalidades (vide Capítulo 1), sempre existiu a discussão a respeito da permanência e acomodação desses grupos em solo brasileiro.

⁷ Ver DANIEL, 2012.

Tradicionalmente, os estudos a respeito de xenofobia, compreendida como aversão (desconfiança, temor ou antipatia) ao que é estrangeiro (SNIDERMAN, 2007, pág. 110) foram e estão sendo realizados a partir dos estudos sobre (In)Tolerância Política, uma das sub-áreas das investigações sobre Comportamento Político. Há uma literatura extensa a respeito desses temas na Ciência Política, mas em virtude da natureza dos objetos de estudo, esta acabou se tornando uma área interdisciplinar, que conta com contribuições da Antropologia, Psicologia, Sociologia etc. Não há, entretanto, qualquer prejuízo à Ciência Política em virtude da interdisciplinaridade da área: pelo contrário, atesta um esforço em incorporar aos estudos políticos sua faceta cultural, que, muito frequentemente, tem sido alijada.

Gabriel Almond e Sidney Verba apresentam, em seu texto germinal, The Civic Culture (1963), não apenas um dos esforços teóricos pioneiros em estabelecer em termos formais o que seria o estudo da Cultura Política, como também procuram esmiuçar categorias de culturas políticas, de acordo com sua observação da acomodação entre culturas e instituições em países diferentes.

De acordo com eles, pode-se entender a cultura política como uma “orientação psicológica em relação a aspectos sociais” (ALMOND & VERBA, 1963, pág. 14). Uma série de variáveis que hoje compõem os estudos sobre Cultura Política já estavam presentes na obra de Almond e Verba, sobretudo as relativas à confiança nas instituições democráticas e a visão dos *average citizen* a respeito de grupos minoritários e assuntos polêmicos. Uma das razões que marcam o pioneirismo deste estudo é o fato de que, de acordo com os autores, há algumas variáveis socioeconômicas que, somadas a um background de capital cultural e social⁸, teriam poder altamente explicativo para uma série de expressões políticas. Nesse sentido, a renda média e o grau de escolaridade do indivíduo são capazes de explicar o motivo pelo qual, por exemplo, as pessoas confiam ou deixam de confiar na natureza humana ou na honestidade dos representantes políticos. Indivíduos mais escolarizados e com renda *per capita* superior seriam, segundo os autores, mais propensos a cultivar atitudes pró-democráticas (ALMOND & VERBA, 1963, pág. 268), isto é, confiança nas instituições, participatividade etc. e também seriam mais capazes de avaliar positivamente (ou não tão negativamente) a presença de indivíduos e grupos tidos como indesejáveis.

Da mesma forma, as motivações da desconfiança em relação aos outros cidadãos possuem um viés econômico: dentre os indivíduos abordados no *survey* de Almond e Verba que responderam sentir-se ameaçados pela chegada de imigrantes em seus países ou pela presença de grupos minoritários, figuravam donas de casa, trabalhadores fabris, profissionais liberais e pequenos comerciantes, com a justificativa de que seriam temerosos de perder o que lhes

⁸ Vide BOURDIEU, 1989, pág. 60.

perence. (ALMOND & VERBA, 1963, pág. 270) Percebe-se, portanto, forte senso de ameaça em relação a esses grupos externos. No presente estudo, como será abordado no próximo capítulo, ainda que tratemos o fenômeno da crescente aversão brasileira a grupos estrangeiros sob uma perspectiva experimental.

Herdeira da tradição iniciada nos anos 1950, a escola americana de estudos do Comportamento Político tem se dedicado ao aprofundamento das questões suscitadas por seus pioneiros, como Almond & Verba, Paul Lazarsfeld, Angus Campbell etc. A perspectiva partilhada por esses estudos, no entanto, permanece: o olhar cultural dos acadêmicos sobre os processos políticos em curso. Esse artigo trata da perspectiva do Comportamento Político, especificamente em relação às atitudes políticas, das quais a Tolerância é um desdobramento.

Em termos gerais, define-se a tolerância política como a capacidade de conviver ou suportar pessoas, grupos ou ideias que sejam divergentes ou contrárias às postuladas pelo indivíduo em questão. Observa-se que, ao contrário do que o senso comum estabelece, ser tolerante não pressupõe ser indiferente. O comportamento tolerante ou intolerante surge no substrato da discordância: a partir do momento em que há divergência de ideias e manifestações, há espaço para comportamentos intolerantes. Da mesma forma, a necessidade de ser tolerante surge apenas em consonância com o surgimento de ideias diferentes, caso contrário não haveria porque tolerar. Percebe-se, portanto, que um indivíduo tolerante não está de todo livre de ser, em contrapartida, um indivíduo preconceituoso (ou, se desejarmos, conservador; xenófobo; homófobo etc.). O preconceito, tido como uma forma de atitude política, é compreendido como uma expressão de (in)tolerância política.

Sob a perspectiva liberal, o limite da tolerância se dá no momento em que o tolerado passa a ferir ou ameaçar diretamente os tolerantes. É o que se observa em nosso caso, no qual a própria subsistência dos grupos tidos como tolerados passam a colocar em xeque a reprodução material dos tolerantes. Há na Teoria Política contemporânea certo consenso quanto à proporcionalidade direta entre grau de escolaridade, renda e cultivo de características pessoais pró-democráticas (tolerância às ideias e grupos distintos, participação política, confiança nas instituições etc.). Estudos contemporâneos costumam, inclusive, denominar esse conjunto de atitudes de competência cívica (KUKLISNKI, 2001, pág. 224), ainda que nossa abordagem sobre o conceito nesse momento seja deveras a grosso modo.

Pode-se observar, assim, que a tolerância existe apenas a partir do momento em que existe o conflito social. Sendo assim, ainda que se possa afirmar, por exemplo, que o regime político brasileiro é, em geral, tolerante, este estudo pretende comprovar a hipótese de que a sociedade civil brasileira está deixando de ser tolerante, em virtude de um elemento de discórdia (a permanência de cada vez maiores contingentes imigrantes em solo brasileiro, o que denota não apenas ocupação de espaço geográfico, mas também a sobrevivência econômica/material dessas populações).

Contrariando a assertiva defendida por Marcus, Piereson e Sullivan (MARCUS, PIERESON & SULLIVAN, 1982, pág. 52), de que a tolerância e as manifestações de aceitação ou não-aceitação em função da presença de grupos ou ideias culturais tidos como divergentes não podem ser mensuradas em uma escala estreita de grupos de interesse ou idéias como pontos de referência, nosso objetivo, com esse trabalho, também se conjuga com o esforço metodológico de testar os padrões de tolerância do brasileiro por meio de indicadores, tendo em consideração o caráter experimental dessa empreitada.

Observa-se que, a exemplo das obras tratadas até o momento, a escola americana de estudos sobre Comportamento Político costuma tratar o fenômeno da tolerância sob uma perspectiva individualista, como se as variáveis de *background* e socioeconômicas fossem capazes, por si mesmas, de posicionar o indivíduo politicamente. Isso se deve, talvez, ao próprio legado do liberalismo. Em nosso estudo, embora concedamos espaço a variáveis como *trajetória de vida*, tratamos o problema sob uma perspectiva coletiva, uma vez que nos assentamos no elemento estrutural das classes sociais (SOUZA, 2010, pág. 81). A questão dos *backgrounds* familiares e socioeconômicos serão utilizadas por nós para facilitar a categorização dos entrevistados em classes sociais, e justificar o seu pertencimento aos estratos correspondentes.

Também se observa que, quanto maior o *sentimento de ameaça* (MARCUS, SULLIVAN, THEISS-MORSE & WOOD, 1995, pág. 208) percebido pelos indivíduos (in) tolerantes, maior a probabilidade de desenvolverem posicionamentos contrários e mesmo ameaçadores à expressão dos grupos até então tolerados.

Os estudos sobre Comportamento Político atestam que as atitudes políticas são as expressões comportamentais mais difíceis de serem modificadas (SEARS, 1998, pág. 45), haja vista que são construídas por meio de um processo de socialização em ambientes anteriores à política (família, escola, igreja etc.). Assim, a (in) tolerância tida como uma atitude política, teria suas bases tão psicológica e cognitivamente arraigadas que a modificação de seus padrões seria um processo a longo prazo. O mapa cognitivo do cidadão é, dessa forma, também construído afetivamente. Nesse sentido, percebe-se que, ao contrário do estipulado por Marcus, Sullivan, Theiss-Morse e Wood (1995), decisões e comportamentos menos tolerantes não são, necessariamente, menos embasadas cognitivamente. Em nosso caso, o sentimento de ameaça que explica a mudança do comportamento de parte dos brasileiros aos estrangeiros é, também, fruto de um cálculo racional objetivamente orientado, motivado por razões econômicas.

Chamaremos, aqui, de *arranjos de acomodação cultural* os padrões identificados em diversas partes do mundo, que têm como objetivo a convivência entre indivíduos e grupos de origens étnicas e culturais distintas. Percebe-se que o arranjo brasileiro de acomodação cultural é, em toda medida, componente explicativo do comportamento antes *xenófilo* de seus cidadãos.

Tradicionalmente, nos regimes norte-americanos e europeu, o padrão observado é o que se chama de multiculturalismo (HELLSTRÖM, 2011). Will Kymlicka, filósofo e cientista político canadense e estudioso da temática do multiculturalismo, é partidário da escola canadense de estudos culturais e étnicos, caracterizada por uma tendência não tão ortodoxa como a estadunidense. Kymlicka procura, em seus estudos, esmiuçar o tema dos direitos e status das minorias étnicas e culturais em sua aplicação política, algo parecido com o que Bobo, Sears e Sidanius realizam em Racialized Politics (BOBO, SEARS & SIDANIUS, 2000). Na perspectiva da escola canadense, a existência de sociedades multiculturais não pode ser compreendida sem a existência de princípios democráticos de orientação liberal.

O fenômeno do multiculturalismo, tal como é tratado por essa vertente, consiste basicamente no desejo de acomodação cultural e atendimento a demandas materiais e jurídicas desses povos, mantendo suas características culturais e associativas e criando sociedades marcadas por um pluralismo pungente. Observa-se que a compreensão de cultura pelos teóricos do multiculturalismo é próxima à ideia de nação, como distintivo social. De acordo com Kymlicka, basicamente é possível estabelecer dois padrões polares de *arranjos de acomodação cultural*: por um lado, o *ethnic mosaic*, exemplo mais emblemático do multiculturalismo clássico, entendido a grosso modo como a manutenção de membros de culturas distintas agrupados em locais distintos, mas ainda partilhando espaços. Por outro lado, existiria o chamado *melting pot*, que seria, em linhas gerais, o esforço de aglutinação de uma série de elementos culturais de origens distintas que, diferentemente do mosaico étnico, tem como resultado final um terceiro produto, uma espécie de amálgama cultural. O regime brasileiro se enquadraria nesse construto.

Compreendido em suas expressões práticas, observa-se que o multiculturalismo em voga na América do Norte e na Europa é distinto do brasileiro: ainda que pregue o respeito ao cultivo das identidades culturais primordiais dos imigrantes e membros de etnias distintas, esse arranjo de acomodação peca por um segregacionismo perverso. O “engavetamento” das identidades culturais nesses locais parece engessar as possibilidades de troca de informações e inte(g)ração. Talvez por cultivar um regime diferente, o Brasil tenha apresentado um padrão de acomodação cultural tão distinto do verificado no Hemisfério Norte.

O *arranjo de acomodação cultural* característico do Brasil seria exemplificado pela metáfora do *melting pot*, que conformaria uma realidade social que, ao invés de encaixar em gavetas as diferentes identidades culturais, se caracterizaria pela assimilação quase antropofágica do que foi trazido por contingentes estrangeiros e simboliza as culturas internas. O *melting pot* teria o poder de agregar elementos oriundos de diversas matrizes culturais, dando origem a um terceiro produto, um amálgama no qual as partes se enxergam, mesmo que constitua um produto diferente.

No pensamento social brasileiro, o tema da imigração sempre esteve presente, sobretudo em momentos de efervescência do fenômeno imigratório para terras tupiniquins, como as primeiras décadas do século XX. Por se tratar de uma nação cujas matrizes civilizatórias remetem à conformação entre, pelo menos, três aglomerados étnicos distintos (nativos indígenas, europeus e negros africanos), a temática da imigração é cara ao imaginário social brasileiro. Nesse sentido, uma das primeiras interpretações sobre o impacto da imigração para o Brasil e a relação entre brasileiros e imigrantes foi a do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1902-1987).

Como legítimo expoente da sociologia culturalista, Freyre produziu seus estudos procurando dar vazão aos aspectos puramente culturais que teriam produzido na sociedade brasileira um ambiente favorável à permanência dos contingentes estrangeiros. Assim, seria comum “(ver) alemães comendo arroz com feijão e farofa, e ruivas rebolando na cadência baiana com sandálias nordestinas.” (THOMAZ apud FREYRE, 2005, pág. 32) Todavia, esses mesmos imigrantes introduziriam na cultura brasileira elementos originários de seus países, dando origem a uma espécie de sincretismo.

Sob o ponto de vista freyriano, a cultura brasileira não estaria, assim, de maneira alguma, ameaçada, uma vez que “seu poder se expressava na sedução exercida sobre os estrangeiros rapidamente ‘devorados’ por uma nação dinâmica que, no entanto, tendia a reproduzir uma série de constantes. Dentre essas constantes, a mais significativa seria a capacidade de assimilação.” (THOMAZ apud FREYRE, 2005, pág. 45) O padrão comportamental brasileiro em relação aos imigrantes seria, portanto, de marcada *xenofilia*, sem a qual seria muito mais difícil a adaptação e aglutinação dos elementos culturais dessas populações em torno da cultura *sui generis* brasileira.

Contrariamente ao fenômeno do mosaico étnico, Freyre sugere que uma interpretação correta da realidade brasileira *sui generis* assumiria a diversidade racial e cultural (FREYRE, 2005, pág. 18) como seu componente básico, significando com isto uma realidade “superior”. O amálgama produtor dessa realidade deu origem a um produto ainda mais crucial: o povo brasileiro. A própria mestiçagem brasileira, em tudo o que ela representa (fenótipo, cultura, hábitos etc.), seria um dos componentes explicativos da tradicional cordialidade brasileira com os estrangeiros.

Acreditava-se, assim, que a assimilação cultural realizada no Brasil seria um exemplo a ser seguido pelas culturas ocidentais, em termos de acomodação pacífica das diferenças culturais e do alcance de um nível de tolerância social talvez nunca visto na humanidade.

Outra interpretação sobre a personalidade brasileira é o conjunto da obra de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Também partidário da tradição culturalista, o sociólogo paulista produziu estudos historiográficos sobre a construção do imaginário social brasileiro, que deram origem ao conceito de *homem cordial*, que, de acordo com Holanda, seria o tipo

simpático, mais do que educado: para compreender essa ideia, deve-se levar a etimologia da palavra *cordial* ao pé da letra: do latim *cordio*, o vocábulo se refere ao que diz respeito ao afeto, ao coração. Sendo assim, o tipo cordial seria o homem que dá valor aos sentimentos, ao que é subjetivo, e assim, mais do que gentil, seria uma pessoa avessa aos conflitos, mas movida pela animosidade. (HOLLANDA, 1936, pág. 87).

Uma das principais críticas à vertente culturalista da Sociologia brasileira é a ausência da ponderação acerca de elementos próprios da estrutura social do país, que geraria uma omissão perversa a respeito de fenômenos como a escravidão, cujos efeitos são sentidos até os dias de hoje no país. De fato, o estudo do impacto de componentes macroeconômicos e de estratificação social traz sutilezas que não foram compreendidas pelos culturalistas, comprometendo a validade e atualidade de suas considerações.

A respeito da tese da assimilação luso-brasileira esmiuçada por Freyre, Fernandes diria que há nela uma forte “pressão integracionista” (FERNANDES, 1978, pág. 334), na qual não apenas o negro, mas qualquer indivíduo de origem marginalizada, seria impelido a se integrar, mas sem que necessidades básicas à sociabilidade sejam atendidas. Nesse sentido, negros e imigrantes pobres, a exemplo dos portugueses dos cortiços do Rio de Janeiro no século XIX e os chineses e bolivianos do século XXI, sofreriam sérias dificuldades à sua integração. Fernandes acrescentaria, ainda, que a tese freyriana da democracia social é falha, à medida que ignora a dinâmica de classes vigente desde o período colonial, e os resquícios do sistema escravocrata, que foi um fato social⁹ na história do Brasil moderno.

Uma vez que “essa pressão não mobiliza todas as influências socializadoras da sociedade inclusiva” (FERNANDES, 1978, pág. 335), Fernandes sugere que seria parte da personalidade brasileira “atropelar” os processos de debate das contradições inerentes à dinâmica social do país, de modo a não discuti-las, à maneira do *homem cordial* de Holanda. Assim, ganha força a tese de que a integração dos grupos tradicionalmente marginalizados – deve-se ressaltar que grande parte dos imigrantes que vieram ao Brasil durante o século XIX e nas primeiras décadas do século XX era de origem pobre – passa por entraves não necessariamente raciais e fenotípicos, mas sim marcadamente sociais.

Outro indício de que a tese culturalista sobre os padrões de assimilação cultural brasileiros necessita de atualização é o fato de que, a partir dos primeiros anos do século XX – período de maior efervescência do movimento imigratório para o Brasil – passou a existir, inclusive institucionalmente, a figura do *indesejável*¹⁰, categoria criada pelo Estado Novo para

⁹ Para mais informações, consultar DURKHEIM, 2007, pág. 80.

¹⁰ Nessa categoria, encaixavam-se nacionalidades como alemães e japoneses. A respeito desses últimos, Sílvio Romero chegou inclusive a alertar os círculos mais altos do governo do Estado Novo sobre o “perigo amarelo”.

designar indivíduos de nacionalidades cuja entrada no país deveria ser dificultada. Desde aquela época, os indivíduos desejados são os que possuem qualificação, no que se observa que a situação se repete nos dias de hoje. No período do Estado Novo, a tese da eugenia¹¹ ganhou força no Brasil, refletindo o que acontecia na Europa (a década de 30 foi marcada pelos *pogroms* na Alemanha e Europa Oriental e pelo início do holocausto de judeus, negros, eslavos e ciganos no regime nazista, com a justificativa de que seriam utilizados para fins científicos), e levando a cada vez mais adeptos de uma espécie de nacionalismo brasileiro, cada vez mais próximo do integralismo, que, utilizando-se da retórica de que, para evitar que o regime político e social brasileiro fosse corrompido, era necessário filtrar as influências estrangeiras, a começar pelo impedimento da entrada de povos que, supostamente, não compartilhavam de características culturais componentes do marco civilizatório brasileiro. (SEYFERTH, 2002, pág. 149).

Estrutura social e percepção de ameaça

Em virtude da modificação da situação econômica do Brasil e de câmbios estruturais que levaram ao empoderamento do regime brasileiro frente aos principais atores nacionais do cenário político global, a tese do novo posicionamento geopolítico que o Brasil assumiu, nos últimos anos, tem arrebanhado cada vez mais adeptos nos últimos tempos, inclusive no meio acadêmico. Em virtude da superação, ainda que discutível, de uma condição econômica e política subalterna, é necessário discutir os impactos desse fenômeno para a atratividade brasileira em relação à chegada de cada vez maiores contingentes de imigrantes em solo tupiniquim. Sendo assim, o problema de pesquisa a ser tratado no artigo é verificar se há, de fato, a conversão do comportamento xenofílico brasileiro em comportamento xenofóbico, ainda que este último esteja em estágio germinar na sociedade civil brasileira.

Os eixos de argumentação são três: a investigação dos padrões de atratividade anteriores e a comparação com o cenário atual, a fim de verificar em que medida questões conjunturais podem ter interferido na recente conversão de um padrão de comportamento tolerante em crescimento de hostilidade, em que pesem características do regime anterior que poderiam influenciar a atratividade brasileira; analisar se a aversão a populações estrangeiras é recente na história política e social brasileira; e verificar no que consiste a atratividade junto aos imigrantes de hoje, analisando se o Brasil seria uma espécie de *Welfare Magnet*.

¹¹ Para mais informações, vide SEYFERTH, 2002, pág. 130 e BRENDLER, 2012.

Em termos teóricos, é também importante apontar quais aportes sociológicos e políticos explicam melhor o atual regime brasileiro de acomodação cultural; quais variáveis conjunturais, macro e microsociológicas seriam capazes de explicar o fenômeno do recrudescimento das relações entre brasileiros e estrangeiros em solo brasileiro; e em que medida a ascensão da classe média, em uma dinâmica de mobilidade social, pode servir de explicação para o crescimento dessa hostilidade.

É forçoso, ainda, esmiuçar os elementos discursivos que caracterizariam a crescente aversão às populações estrangeiras, em que esferas da vida social se observa a predominância desse comportamento; e em que medida esse novo comportamento preserva resquícios de outras expressões de intolerância política e social, como o preconceito racial e o conservadorismo exacerbado.

No intuito de compreender com clareza o fenômeno da suposta crescente aversão brasileira às populações estrangeiras, nos é necessário levar em consideração as modificações sociais e políticas sofridas pelo país nos últimos anos. Dessa forma, assim como Florestan Fernandes, acredita-se que a mera utilização de aportes culturalistas não seria suficiente para explicar o problema. Em que pesem questões como a dinâmica de classes e a mudança das razões da atratividade brasileira, pensamos que o emprego de variáveis macroestruturais é caro à pesquisa.

Desde o final do século XIX, por meio de uma divisão escravista do trabalho, houve no Brasil a ampliação das ideias de superioridade racial, que adquiriram nessa época grande prestígio na Europa, sob a roupagem da eugenia. O pensamento científico da época travestiu o desejo de limpeza étnica, realizado por muitos países nesse momento. A elite social e política da época, esmagadoramente branca, abraçou esse discurso e passou a disseminar ideias anti-negritude e anti-mestiçagem. A partir da tese do “branqueamento” da população – possível por meio da miscigenação -, a imigração passou a ser vista como uma saída para a manutenção de um fenótipo caucasiano no seio da sociedade brasileira.

À época, estudiosos como o médico Sílvio Romero e o historiador Oliveira Viana foram defensores ferrenhos da necessidade de clareamento da sociedade brasileira. Viana, a esse respeito, afirma que “a civilização ariana está representada no Brasil por uma fraca minoria da raça branca a quem ficou o encargo de defendê-la dos atos antissociais das raças inferiores.” (WERNECK VIANNA, 1991, pág. 40)

Passou, então, a existir a figura do *indesejável* (SEYFERTH, 2002, pág. 190), que representaria fenotipicamente características que não condiziam com o desejo das elites. Sendo assim, à medida que o próprio governo republicano viabilizava a entrada de alemães, italianos, poloneses, suecos etc., dificultava o ingresso de chineses, japoneses, gregos, espanhóis etc., por acreditar que este segundo grupo constituía influência não tão positiva na arianização da população brasileira. Sílvio Romero chegou, inclusive, a denominar a entrada de imigrantes de

origem nipônica no Brasil de “perigo amarelo”. Em termos institucionais, entretanto, nunca se impediu completamente a entrada desses coletivos no país: para dirimir o problema, foi promulgada, em 1934, a Lei de Cotas, medida utilizada para controlar proporcionalmente a entrada e permanência de determinados grupos no Brasil.

Percebe-se, portanto, que a discussão a respeito da desejabilidade da permanência de determinadas nacionalidades e etnias no Brasil não é algo recente, e muito menos inédito. Uma tendência a ser observada naquela época e que perdura até os dias de hoje é a crença de que os indivíduos desejáveis são aqueles considerados mais qualificados, seja em termos biológicos, seja em termos laborais. Entretanto, parece-nos que a discussão a respeito do comportamento brasileiro em relação aos imigrantes não é mais balizada exclusivamente por assuntos de ordem fenotípica, como a miscigenação ou a eugenia, mas sim por questões de natureza macroeconômica, haja vista à modificação do regime social vigente no Brasil recente. A tese culturalista, preconizada por Freyre (2001) e Hollanda (1996), se mostra pouco explicativa do contexto social brasileiro, ao analisarmos a penetração que o discurso do “branqueamento” assumiu no período do Estado Novo. Conceitos como a *democracia racial* e o *homem cordial* caíram então em desuso.

Entre junho e outubro de 2012, por meio de Entrevistas em Profundidade, foram coletados junto aos grupos de tratamento (chineses), controle (peruanos) e os brasileiros que se relacionam com eles os dados qualitativos que permitiram e embasaram as considerações feitas a seguir. Todas as entrevistas foram realizadas em Belo Horizonte/MG.

Em primeiro lugar, é importante observar que a própria motivação para a imigração diferencia o processo de ingresso no Brasil de trabalhadores chineses e peruanos. Há, na literatura especializada em migrações (MOULIN, 2011), a diferenciação entre *migrantes econômicos* e *migrantes políticos*. Os primeiros seriam aqueles que são impelidos a sair de seus países de origem em virtude de crises econômicas, desemprego, baixos salários etc. Os últimos seriam motivados por guerras civis, crises políticas, perseguição política/religiosa etc.

Os trabalhadores chineses se riam *migrantes econômicos*, haja vista que seu *background* é bastante sugestivo nesse sentido: a maioria esmagadora dos chineses que vêm ao Brasil ou que fazem parte da diáspora chinesa nas Américas são de origem humilde, membros de famílias extensas, muitos deles originários de áreas rurais das províncias da China. Em virtude do alto grau de desemprego e dos baixos salários que recebem na China, vêm ao Brasil acompanhando familiares ou para morar com familiares que já estão fixados aqui, e trabalham em ocupações que exigem baixo grau de escolaridade. Os trabalhadores peruanos, por outro lado, foram impelidos a deixar o Peru entre os anos 1970 e 1980 por razões políticas (a guerra civil entre o Sendero Luminoso e a administração central gerou uma sangrenta luta entre governo e cidadãos); entretanto, com a estabilidade política dos últimos anos, não mais se observa esse tipo de motivação. Ainda assim, podemos utilizar a dicotomia entre *migrantes econômicos* e

migrantes políticos para diferenciar os dois grupos, uma vez que os peruanos possuem motivos muito particulares para a vinda ao Brasil, sendo o maior deles a busca de intercâmbio acadêmico e tecnológico e a oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional.

“Nós veio (sic) da China porque lá era difícil arrumar trabalho. Muito pouco dinheiro, né? Aqui, eu moro com a minha família e trabalho com a minha família, eu trabalho muito, mas eu ganho mais dinheiro do que na China, a vida é melhor.”

Aiyun Chen

“Os peruanos que vivem em BH vieram para BH procurando, assim, se desenvolver na carreira. Muitos peruanos têm vindo para cá porque conseguiram convênios com as universidades daqui. Hoje as universidades brasileiras são referência para nós. No Peru, nós não temos tantas oportunidades acadêmicas como aqui vocês têm.”

Alberto M. Vázquez

O potencial brasileiro em atrair imigrantes de diferentes nacionalidades também é uma temática a ser discutida, face às modificações sofridas pelo regime político e social brasileiro nos últimos 10 anos. No período do Estado Novo, o Brasil constituía importante pólo receptor de imigrantes não apenas pelo incentivo do governo brasileiro à imigração para o trabalho nas lavouras, como também pela facilidade de adaptação dos estrangeiros ao ambiente natural e social do país. Atualmente, observa-se que o Brasil permanece como um polo receptor de imigrantes, porém por razões distintas: o aquecimento da demanda interna por bens de consumo duráveis e não-duráveis levou a possibilidades maiores de enriquecimento daqueles que se atrevem a se estabelecer no Brasil. Também os que trabalham para terceiros foram beneficiados, recebendo remunerações maiores e maior estabilidade empregatícia. Sendo assim, o Brasil tem sido considerado, nos últimos tempos, uma espécie de *Welfare Magnet*, no sentido da garantia aos trabalhadores benefícios que não teriam em seus países de origem e fornecimento de melhores salários.

Acontece que, em virtude da crescente massa de imigrantes que a cada dia aportam no solo brasileiro, tem se observado um proporcional crescimento da aversão a essas populações. Compreendemos nosso trabalho, portanto, como um esforço de entender um processo de mudança social. A aversão sofrida não é vivenciada por um tipo genérico de imigrante, mas sim por indivíduos que reúnem características específicas.

Uma observação crucial a ser feita é a de que a percepção da intolerância nativa por cada um dos grupos de trabalho (trabalhadores chineses e trabalhadores peruanos no contexto

belo-horizontino) é diferente em cada caso. Existe uma tensão latente entre brasileiros nativos e grupos de imigrantes, em virtude dos ambientes a que estão condicionados, o que leva os grupos de tratamento e controle a sofrerem manifestações de intolerância diametralmente distintas. As manifestações sofridas pelo grupo de tratamento e pelo grupo de controle são diametralmente diferentes. Enquanto os grupos de imigrantes chineses parecem estar cada vez mais cercados pela crescente intolerância brasileira, os entrevistados peruanos afirmaram não sentir nenhum tipo de aversão, seja ela fruto de um processo cognitivo mais sofisticado ou puro preconceito.

A partir daí, a questão a se pensar é: por que motivo há a diferenciação entre a percepção de intolerância entre chineses e peruanos, e por que motivo há manifestações diferentes de (in)tolerância? Nossa incursão nos leva a crer que se trata de um forte sentimento de ameaça sofrido pela população nativa em relação aos imigrantes chineses, aliado a uma espécie de preconceito de classe, emitido por um estrato social específico: a nova classe trabalhadora brasileira. Não ignoramos, entretanto, o componente da diferença cultural, que, por mais que explique pouco as variações da manifestação de intolerância, é importante para elucidar o fenômeno de modo geral. A teoria do Exclusionismo Étnico, da qual Paul Sniderman é um dos principais expoentes, possui uma contribuição importante ao estabelecer três eixos explicativos para a manifestação de intolerância face à presença de imigrantes, em variados regimes de acomodação cultural. Uma vez que acreditamos que essa explicação teórica é altamente elucidativa para nosso caso, pois contempla as três sub-hipóteses de natureza da intolerância, apresentamos um breve resumo:

“Our understanding of why some in the majority want to exclude immigrant minorities depends on their reasons for wanting to do so. If it is because they are concerned about being economically worse off, we shall have one understanding of what the conflict is about – and, possibly, what may be done to relieve strains between majority and minority. On the other hand, if they are reacting negatively to immigrant minorities because they are concerned that their own cultural identity is threatened, we have a quite different understanding of what the conflict is about – and what, if anything, may be done to overcome it.”

(SNIDERMAN & HAGENDOORN, 2007, pág. 79)

Há, de acordo com o status de origem de cada grupo imigrante, diferentes apropriações da permanência desses grupos no Brasil, haja vista que desempenharão ocupações diferentes na economia e na sociedade brasileira. Da mesma forma que é necessário subcategorizar de qual

perfil de imigrante estamos falando, deve-se recortar de qual estrato social se tem percebido maior manifestação de intolerância. Uma vez que a concentração maior de imigrantes chineses no Brasil tem se dado no ambiente do comércio popular, as maiores manifestações de intolerância também têm sido observadas nesse contexto.

“*Se você quer ver um chinês feliz, é só deixar ele te ver chorando.*”

Trecho de uma conversa entre feirantes do Shopping Oiapoque, ouvido pela pesquisadora

O perfil dos comerciantes do Shopping Oiapoque é um dos melhores exemplos do fenômeno da ascensão de uma nova classe trabalhadora no Brasil. Tradicionalmente estigmatizados por trabalharem no comércio popular, em virtude do crescimento da demanda interna por mercadorias diversas, esses grupos de empreendedores têm testemunhado uma prosperidade quase inédita em seus negócios. Observa-se que entre eles há, também, certa unidade em termos de *background*; em sua maioria, trata-se de indivíduos de origem pobre, escolaridade mediana (1º grau Completo), e que ascenderam economicamente por esforço pessoal – os chamados *self made men* –, embora em seu ambiente familiar já cultivassem a denominada *ética do trabalho duro* (SOUZA, 2010, pág. 81) Embora existam diferenças entre as trajetórias de vida, percebe-se que a mobilidade social observada no Brasil nos dias de hoje tem atingido um grupo específico de pessoas. O contexto de mudança social vivido pelo Brasil atualmente é, então, explicado pela mobilidade social.

O processo de ascensão dessa nova classe significa não apenas talvez o maior processo de mobilidade social já testemunhado no Brasil, como também caminha junto com a redução dos índices de pobreza e miséria e com o crescimento do empreendedorismo nas camadas mais baixas da população. Esse novo estrato é traduzido por uma série de indicadores positivos, nos quais deve pesar o crescimento do consumo interno. Alguns teóricos (SOUZA, 2010, pág. 05) afirmam que a nova classe trabalhadora é o retrato perfeito do Brasil em transição de uma posição subalterna para um ator relevante na geopolítica mundial, uma vez que é no desenvolvimento econômico deste estrato que o Brasil tem se apoiado ultimamente.

Em nosso caso, mais do que compreender meramente os números que compõem a classe social em questão, é forçoso entender a posição de classe de que se apropriam. (BOURDIEU, 1989) Souza (2010) afirma que a ascensão da nova classe C se deve não apenas às perspectivas macroeconômicas, como também a um conjunto de disposições individuais e de *background* de socialização ao qual esses indivíduos estiveram submetidos. Há um traço em comum entre as trajetórias dos chamados *batalhadores brasileiros*, que seria a unidade produtiva familiar e a valorização da educação como um meio de atingir estabilidade financeira e melhores condições de vida. A *ética do trabalho duro*, componente prático e capitalizável do conhecimento, é o elemento caracterizador do fenômeno da criação do *ethos* do trabalhador da

classe C brasileira. Uma das ferramentas de distinção social utilizadas por este novo estrato é exatamente a bandeira da *ética do trabalho duro*, que postula que, apenas por meio do esforço árduo e de um espírito visionário, independente de capital econômico de outrem, é que é possível a ascensão social e a tão sonhada estabilidade. Observa-se que o cultivo desta ética se dá ainda a nível familiar, sendo, portanto, constantemente reproduzido intergeracionalmente.

“A família batalhadora, a família da nova classe trabalhadora, é responsável por reproduzir membros dotados de capacidade para enfrentar a instabilidade do mercado e se manter nele. Ela é a responsável por reproduzir a classe para o trabalho. E, ao contradizer o duplo racismo de classe, reproduzi-la, reconhecendo no trabalho uma necessidade material, mas principalmente reproduzindo uma moralidade do trabalho duro.”

(SOUZA, 2010, pág. 64)

Ao mesmo tempo em que o cultivo de uma ética do trabalho duro pode pressupor, em certa medida, uma força propulsora para o desenvolvimento econômico desse estrato, pode assumir um caráter perverso, à medida que se observa que é, também, o *ethos* legitimador do preconceito de classe que caracteriza a intolerância desse estrato aos imigrantes (chineses).

A dinâmica das classes sociais nas sociedades contemporâneas estipula não apenas categorias de estratificação social, como também destaca a posição assumida pelo indivíduo no sistema social e político que o rodeia. Sendo assim, a tese do preconceito de classe como variável explicativa do fenômeno de recrudescimento do comportamento hostil do brasileiro frente aos imigrantes (chineses) faz sentido, à medida que consideramos que o pertencimento a uma classe passa pela internalização de normas e padrões de conduta que a distinguem enquanto classe social, como também pressupõe o posicionamento desse estrato em relação aos demais.

Assim, considera-se que uma classe apenas existe enquanto distintivo social a partir de sua relação com as demais classes. A teoria das posições de grupos (BOBO, 1999) afirma que o preconceito – inclusive sua vertente étnica – envolve mais o sentimento pró-grupo interno do que o sentimento anti-grupo externo. Ocorreria, então, o que também observamos em nosso trabalho de campo, isto é, a manifestação do chamado *features dominant group*, caracterizado por um senso de superioridade e distinção em relação ao referencial externo.

A utilização da tese do preconceito de classe procura elucidar a questão de que predomina, no caso brasileiro, tal como as acomodações culturais são feitas, não um preconceito baseado na raça ou em outro critério, mas sim na classe social. Associa-se comumente as camadas pobres dessas populações estrangeiras à marginalidade, e o próprio fato de sua origem, no caso dos chineses, ser humilde, é um fator relevante para o processamento desse preconceito.

O preconceito é uma resposta social – e, conseqüentemente, uma resposta resistente – à mudança na ordem social. (BETTELHEIM & JANOWITZ, 1950, pág. 27) Assim como dito por Darcy Ribeiro, os maiores contrastes sociais existentes no Brasil são de natureza social e não puramente racial, e isso se transfere à relação dos nativos com os estrangeiros. Na pesquisa, este mostrou ser mais um abismo no tratamento recebido por cada grupo.

“Não é como negros (ou estrangeiros) que eles operam no quadro social, mas como integrantes das camadas pobres, mobilizáveis todas por iguais aspirações de progresso econômico e social. [...] Acresce, ainda, que [...] mais do que preconceito de raça ou cor, têm os brasileiros arraigado preconceito de classe.”

(RIBEIRO, 2002, pág. 216)

Percebe-se, assim, que a associação entre mudança social (estímulo ao consumo interno e redução dos níveis de pobreza e miséria), mobilidade social (ascensão da classe C) e expressão de preconceito (manifestações de preconceito de classe na intolerância a imigrantes de origens específicas) não é banal. Pode-se afirmar, não sem certa dose de ousadia, que a deseabilidade do migrante no caso brasileiro está diretamente vinculada ao estrato a que pertence.

O cultivo de um comportamento menos tolerante face à presença dos contingentes imigrantes se deve não a um processo de mobilidade social descendente, e sim ascendente. Indivíduos que, nos últimos anos, sofreram, mesmo que em menor escala do que outros, um processo de ascensão social apresentaram uma tendência maior a um comportamento intolerante, o que é explicado, mais uma vez, pelo próprio perfil dos imigrantes vítimas desse comportamento. Uma das marcas da ascensão da nova classe trabalhadora no Brasil é, sem dúvida, o crescimento do empreendedorismo e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas, inclusive no interior do país. Ao contrário dos imigrantes peruanos, que procuram postos de trabalho em suas áreas de atuação, os imigrantes chineses atuam basicamente no comércio popular e serviços como restaurantes, lanchonetes, pastelarias etc., segmento marcadamente ocupado pelos novos integrantes da Classe C.

Há, portanto, para além do preconceito de classe, pungente sentimento de ameaça econômica¹² pautando a crescente hostilidade dos brasileiros em relação aos imigrantes (chineses): essa percepção de ameaça deve ser entendida como o sentimento de que a presença desses grupos e sua própria permanência podem significar a redução das oportunidades econômicas e garantias de sobrevivência aos receptores. A ameaça econômica consistiria em

¹² Vide MARCUS, SULLIVAN, THEISS-MORSE & WOOD, 1995, pág. 89 e SNIDERMAN, 2007, pág. 170.

aumento da concorrência, no caso dos empreendedores; ocupação de postos de trabalho por chineses, e não por brasileiros, o que em tese aumentaria o desemprego no país; e em certa medida a redução das oportunidades de consecução de benefícios públicos (escolas, postos de saúde, serviços de segurança etc.). A percepção de ameaça econômica não perpassa, portanto, apenas a questão do trabalho (

É compreensível que os membros da nova classe C brasileira, sendo os concorrentes diretos dos comerciantes e trabalhadores chineses no Brasil, sintam-se como os principais prejudicados pela presença desses últimos em solo brasileiro, embora esse tipo de comportamento não seja tido como natural em um regime democrático cuja (anterior) abertura internacional era destaque em todo o globo. Entretanto, nosso modelo explicativo não se esgota com a questão do sentimento de ameaça: haja vista que nossos grupos de tratamento e controle fazem parte de nacionalidades, etnias e culturas distintas, a apropriação e a leitura feitas pelos brasileiros em relação à sua presença há, também, de ser diferente. No caso dos imigrantes peruanos, ainda que existam diferenças significativas no modo em que tratam determinados assuntos, em relação aos brasileiros, a proximidade territorial dos dois países parece aproximá-los. Ainda que os brasileiros, de modo geral, saibam muito pouco sobre a história e a cultura peruanas, e esse pouco seja marcado por excessiva estereotipificação, a aceitação de seus costumes é mais tranquila do que o que ocorre com os chineses.

Para início de conversa, há a barreira linguística, que, por si só, constitui um gigantesco desafio à integração social dessa população ao regime brasileiro. Em seguida, os costumes alimentares, familiares e religiosos são tratados pelos brasileiros, sobretudo com os que convivem mais de perto com esses grupos, com alto grau de estranhamento, em que pese o choque cultural que ocorreu (e ocorre) em todos os encontros culturais da história da humanidade.

É importante observar que, uma vez que a pesquisa foi circunscrita à cidade de Belo Horizonte, alguns aspectos relativos ao *ethos* da chamada *tradicional família mineira* podem orientar as informações para um sentido mais conservador, isto é, o tradicional reacionarismo que caracteriza a TFM pode, em partes, servir de explicação para expressões mais arraigadas de oposição e mesmo hostilidade à presença de imigrantes de origem humilde. Por mais que não tenhamos chegado a resultados substantivos quanto à influência da personalidade moldada pela TFM na expressão dessas aversões, pode-se afirmar que seu impacto, ainda que pouco tangível, poderia sinalizar discursos mais conservadores, opostos a mudanças sociais mais relevantes.

Observa-se que há fortes indícios de que os arranjos estruturais vigentes hoje no sistema social brasileiro sejam os principais responsáveis pela recente modificação dos padrões de tolerância dos nativos em relação aos imigrantes.

Caminhos e desdobramentos futuros da questão imigratória no Brasil

A constatação de que o Brasil passa, nos dias atuais, por um movimento de transformação de seus padrões de tolerância à presença de grupos estrangeiros, leva a uma série de reflexões sobre o futuro da questão imigratória no país. Ainda que esse comportamento esteja em fase germinal no seio da sociedade civil, é necessário que não apenas a Academia, mas também o poder público e outras instâncias interessadas se debruçam sobre o tema. O choque de interesses econômicos e o preconceito de classe que caracterizam a crescente aversão brasileira a imigrantes, sobretudo os de origem pobre, devem fazer os setores interessados refletirem sobre o modo com que o Brasil, a partir de agora, passará a tratar o problema da imigração, não apenas em termos de acomodação cultural, mas também em termos institucionais.

É necessário considerar de que modo tem sido e será realizada a assimilação dessas populações à sociedade brasileira, não no sentido freyriano: nesse sentido, deve-se levar em conta os desafios para a integração das populações que têm sido alvo da intolerância de setores da sociedade civil brasileira. O caso dos recentes imigrantes chineses é emblemático das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes para se integrarem à sociedade brasileira. : Pensar os desafios para a integração dessas populações passa não somente por um esforço de acomodá-las na estrutura social formal, como também em termos culturais.

Há que se conformar, também, o problema do recrudescimento das relações entre brasileiros e imigrantes às demais expressões de intolerância que fazem parte da história do Brasil. Sendo assim, é importante aprofundar o debate sobre o racismo no país e estendê-lo à dinâmica internacional, procurando encontrar resquícios de uma mentalidade essencialmente racista na expressão da intolerância a imigrantes. Ainda em relação à questão racial, é importante rever a associação entre raça e classe social, quase sempre negativa no caso brasileiro, no qual se associa à figura do negro um estigma marginalizador. É importante observar que, além da presença cada vez maior de imigrantes chineses de origem humilde, cresce também o número de haitianos em solo brasileiro, que veem ao país em busca de melhores condições de vida. Seriam esses imigrantes alvo de uma intolerância ainda maior, motivada por resquícios de um comportamento racista? O exame detalhado da atual conjuntura sugere que há, ainda, muito o que avançar em termos da discussão racial no Brasil, mas, a partir desse momento, essa temática deve ser debatida, tendo como unidades analíticas também os novos contingentes imigrantes.

Ainda que o foco desse trabalho seja a perspectiva culturalista do fenômeno da aversão brasileira à presença de contingentes imigrantes, cabe ponderar sobre o papel do poder público nessa questão. Uma vez que o Brasil ainda se mostra incipiente no processamento social dessa aversão, ainda não existe por parte da iniciativa pública uma política de securitização, que envolve tanto a defesa territorial quanto a proteção da economia nacional, embora já se perceba certa demanda por tais *policies*. O Brasil não possui, de fato, políticas migratórias evidentes e

partilhadas pelos organismos responsáveis por elaborar políticas nessa área. Observa-se que, além do anacronismo que caracteriza as principais legislações brasileiras quanto à imigração (Lei do Estrangeiro – 1980 e Lei de Refugiados – 1997), o país nunca tratou essa questão como agenda pública, o que atesta que a atuação estatal nesse sentido tem sido pontual e pouco eficaz. Assim, pode-se afirmar que a atuação do Estado brasileiro quanto à questão imigratória se resume a políticas regulamentadoras de natureza episódica.

Finalmente, deve-se observar e ressaltar a importância da temática para a Academia e o poder público brasileiros, no sentido de que é, também, nas fronteiras do país e nas relações de seus cidadãos com estrangeiros que se observa o cultivo de uma personalidade social pró-democrática. Há, portanto, um forte debate em torno da inclusão dessas populações, de modo a fazê-las participar também do sistema político do país. Percebe-se, então, que o processamento adequado das diferenças culturais e econômicas e das demandas de cada uma dessas populações pode dizer muito sobre a natureza da democracia que queremos e podemos alcançar no Brasil dos dias atuais.

Referências Bibliográficas

- ALMOND, G. & VERBA, S. The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations. Princeton University Press, 1963.
- BETTELHEIM, B. & JANOWITZ, M. Social Change and Prejudice. Toronto: Collier-Macmillan Canada, 1950.
- BLANCHETTE, Thaddeus. Gringos e preconceitos brasileiros. Travessia, São Paulo: CEM, 2005, n.51, v. 1, p.15-20.
- BOBO, Lawrence. *Prejudice as group position: microfoundations of a sociological approach to racism and race relations*. Journal of Social Issues, Vol. 55, nº 03, 1999, pp. 445-472.
- BONGIANINO, Claudia Fioretti. *Malas de sonhos e saudades: família e mobilidade entre caboverdianos na Itália*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRENDLER, Guilherme. *A eugenia e o imigrante ideal no Estado Novo. 14 de outubro de 2012*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/1168162-a-eugenia-e-o-imigrante-ideal-no-estado-novo.shtml>
- CHANG-SHENG, Shu. *Imigrantes e Imigração Chinesa no Rio de Janeiro (1910-1990)*. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, 2009, Ano 4, Nº07.
- DANIEL, Camila. *O 'Sentido' da migração: a escolha do Brasil por imigrantes peruanos*. Artigo apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia. São Paulo, 2 a 5 de julho de 2012.

- DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FAUSTO, Boris. Negócios e Ócios. São Paulo, Companhia das Letras:1997
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes (no limiar de uma nova era). 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.
- FREYRE, Gilberto. Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HELLSTROM, Mikael. *We never had multiculturalism*. 23 de junho de 2011. Disponível em: <http://mikaelhellstrom.blogspot.com.br/search?updated-max=2011-11-05T10:51:00-06:00&max-results=7>
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- INGLEHART, R. *Post-Materialism in an Environment of Insecurity*. The American Political Science Review, 1981.
- KINDER, D. & KAM, C. Us against them: ethnocentric foundations of American opinion. The University of Chicago Press, 2010.
- KUKLINSKI, James. Citizens and Politics: Perspectives from Political Psychology. Cambridge University Press, 2001.
- KYMLICKA, Will. Multicultural citizenship: a liberal theory of minority rights. New York: Clarendon Press, 1996.
- LESSER, Jeffrey. A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Trad. Patrícia de Queiroz C. Zimbres. São Paulo: Editora da UNESP, 2001, 344 p.
- MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada. 4ª ed. São Paulo: Bookman, 2006.
- MARCUS, G.; SULLIVAN, J.; THEISS-MORSE, E. & WOOD, S. With malice toward some: how people make civil liberties judgements. Cambridge University Press, 1995.
- MASLOW, Abraham. A theory of human motivation. Psychological Review, 1943, Vol. 50, nº 04, pp. 370-396.
- MOULIN, Carolina. *Os direitos humanos dos humanos sem direitos: refugiados e a política do protesto*. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 26, p. 145-155, 2011.
- NERI, Marcelo Côrtes. A nova classe média: o lado brilhante dos pobres (the bright side of the poor). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- OLIC, Nelson. *A diáspora do país mais populoso do mundo*. 07 de setembro de 2001. Disponível em: <http://www.clubemundo.com.br/revistapangea>

- PAZZINATO, A. & SENISE, M. H. V. História Moderna e Contemporânea. São Paulo: Ática, 2008.
- RIBEIRO, C. A. C. & SILVA, N. V. *Cor, Educação e Casamento: Tendências da Seletividade Marital no Brasil, 1960 a 2000*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, nº 1, 2009, PP. 7 a 51.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SCHEEPERS, P., GIJSBERTS, M. & COENDERS, M. *Ethnic exclusionism in European countries: public opposition to civil rights for immigrants as a response to perceived social threat*. European Sociological Review, Vol. 18, nº 01, pp. 17-34.
- SEARS, David O. *Symbolic Racism*. In: KATZ, P. & TAYLOR, D. Eliminating racism: profiles in controversy. New York: Plenum Press, 1988, pp. 53-84.
- SEARS, D., SIDANIUS, J. & BOBO, L. Racialized Politics: the debate about racism in America. The University of Chicago Press, 2000.
- SEYFERTH, Giralda. Imigração, preconceitos e os enunciados subjetivos dos etnocentrismos. Travessia, São Paulo: CEM, 2005, Vol. 1, nº 51, PP. 5-15.
- SNIDERMAN, P. & HAGENDOORN, L. When ways of life collide: multiculturalism and its discontents in Netherlands. Princeton University Press, 2007.
- SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 2ª ed. rev. e ampl.
- SULLIVAN, J.; PIERESON, J. & MARCUS, G. Political tolerance and American democracy. The University of Chicago Press, 1982.
- VENTURA, D. & ILLES, P. *Qual a política migratória do Brasil?* Le Monde Diplomatique, 07 de março de 2012. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1121>
- WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 4ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- WEFFORT, Francisco. (org.) Os Clássicos da Política, 2. São Paulo: Ática, 2006.
- WERNECK VIANNA, Luiz. *Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Vol. 34, nº 02, 1991. Rio de Janeiro, PP. 145-189.

Sites:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): <http://www.ibge.gov.br/home/>
- Portal Brasil – Governo Federal: <http://www.brasil.gov.br/>
- Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE): <http://www.sae.gov.br/site/>

